

Lebner, Ashley (ed.). 2017. *Redescribing Relations: Strathernian Conversations on Ethnography, Knowledge and Politics*. New York: Berghahn Books.

Lucas da Costa Maciel  
Doutorande pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/USP)  
[lucas.maciel@usp.br](mailto:lucas.maciel@usp.br)

*Redescribing relations* é uma coletânea formidável de textos dedicados a se engajar com o caráter relacional da antropologia redescritiva de Marilyn Strathern. Além de uma série de artigos inéditos, assinados por Carol Greenhouse, Alberto Corsín Jiménez, Stuart Kirsch, Yael Navaro, Casper Bruun Jensen e Brit Ross Winthereik, e densas introdução e conclusão, de autoria da editora e de Sarah Green respectivamente, a obra traz comentários finais de Marilyn Strathern e traduz ao inglês uma entrevista e um texto já conhecidos pelo público lusófono. A primeira foi concedida pela antropóloga britânica a Eduardo Viveiros de Castro e a Carlos Fausto, e o segundo é uma leitura desafiadora da obra de Strathern que Marcio Goldman assina com o mesmo Eduardo.

Essa qualificada reunião de leituras e diálogos é uma resposta organizada por Lebner à autora a quem rende homenagem: se a intenção de uma antropologia stratherniana é atrair pessoas à conversa, a coletânea não só evidencia o potencial de captura do projeto vislumbrado por Marilyn como, além disso, configura, em si mesma, uma sedutora armadilha (*sensu* Gell 2001). Lebner e seus colaboradores tornam dificultoso o exercício de resistir-se à forma-Strathern, por assim dizer, de produzir analogias através de conexões parciais. Ao mesmo tempo, é preciso dizê-lo, a coletânea termina por tornar visíveis partes das conexões que a própria Strathern manteve oculta sob suas conexões. Isso tem a ver com um estilo reflexivo, certamente, mas informa especialmente sobre uma postura epistemológica feminista inaudita e cujo potencial de transtornar a disciplina ainda está vigente.

Verificada a impossibilidade de conduzir uma revisão exaustiva da coletânea e da diversidade de engajamentos que a compõe, a intenção dessa breve resenha é acompanhar a leitura da editora, Ashley Lebner, sobre o fazer antropológico de Strathern, devolvendo-lhe, quem sabe, uma nova resposta estética às relações que ela torna aparente, explicitando, em seu devido momento, alguns dissensos com a compreensão da editora sobre o debate antropológico contemporâneo. Esta resenha talvez seja, então, outro engajamento reflexo, que inclui a memória de conexões que a antecederam, e que pressupõe novos embutimentos porvir: novas relações por mostrar-se, tal como nos ensina Strathern ao tratar da troca de perspectivas nas dádivas melanésias.

Lebner começa a introdução à coletânea pontuando aquilo que poderíamos entender como *redescricao*: uma conversa crítica entre o engajamento descritivo da antropóloga e o fato em descrição, que coloca em primeiro plano o modo em que as pessoas refletem sobre si mesmas. Produzir uma boa descrição é o que Strathern entende por antropologia, explica Lebner. No entanto, mais do que produzir conceitos, esse exercício requer recolocar os termos e as formas de argumentação, e rearranjar a justaposição de imagens pela escrita, ao passo em que se redescreve um argumento. Neste sentido, corresponde a um atenção rigorosa e ao mesmo tempo criativa da linguagem analítica, transformando-a pela própria escrita. De fato, como bem argumenta Lebner (: 3), a redescricao corresponde à constituição de uma série de relações, isto é, ao exercício de valer-se de um conjunto de relações para revelar outro, sem que para isso se requeira a tal criação conceitual que ocupa o núcleo de outras apostas metodológicas (Holbraad and Pedersen 2017). Apesar disso, é evidente que a noção de divíduo, criado como ferramenta de descrição da pessoa melanésia, terminou se tornando um conceito recorrente, tanto na etnografia melanésia, quanto na americanista, por exemplo.

O problema central da escrita de Strathern, nos conta Lebner, é a atenção com o enraizamento metafísico das metáforas de base a partir das quais a antropologia descreve conjuntos de relações que escapam a essas mesmas metáforas. Isso porque, como revela Strathern,

Não se trata de imaginar que seja possível substituir conceitos exógenos por correspondentes nativos; a tarefa é, antes, a de transmitir a complexidade dos conceitos nativos com referência ao contexto particular em que são produzidos. Consequentemente, opto por mostrar a natureza contextualizada dos construtos nativos através da exposição contextualizada dos construtos analíticos. Isso exige que os próprios construtos analíticos sejam situados na sociedade que os produziu (Strathern, 2009b: 33).

Isso é fundamental na medida em que, se a antropologia está acostumada a pensar conjuntos de relações através da metáfora da sociedade, maneira pela qual pensam os antropólogos, na Melanésia, conta Strathern, sociedade não é uma boa maneira de relacionar relações. Segundo ela, pessoas também contêm em si uma socialidade generalizada; o social não é externo à pessoa, portanto (Strathern, 2009b: 41). Não obstante, o esforço é menos o de transformar os melanésios numa alteridade radicalmente outra, mas o de mostrar o quanto essa socialidade generalizada se compatibiliza parcialmente com compreensões que se ocultam sob a imagem genérica do indivíduo euroamericano. Daí a necessidade de estudar o parentesco inglês, as tecnologias de reprodução *in vitro*, processos judiciais e relações de propriedade, entre outras coisas (Strathern 1995, 2009a, 2015).

Como forma de precaução, então, é preciso tratar as relações sociais como complexas. Não só porque elas precedem ações, mas porque, para que se tornem perceptíveis – e tema de descrição, podemos pensar –, elas requerem assumir uma forma específica, isto é, uma corporificação que constitui um caso/imagem particular de si (Strathern 2015: 293). No entanto, relações fazem mais do que seus casos particulares imediatamente revelam. Aqui, o papel da antropóloga consiste na obrigação epistemológica em refletir sobre os potenciais e as limitações das ferramentas analíticas – as tais das metáforas – que se mobilizam ao descrever. Isso é o que faz da descrição antropológica diferente de outros tipos de descrições, como as de um juiz em tribunal, por exemplo. Na antropologia, uma nova redescricao é sempre requerida, como se toda descrição exigisse outra, ainda porvir. Neste sentido, há boas redescricões, mas não redescricões perfeitas e últimas.

Daí o fundamento do primeiro passo de uma boa redescricao, segundo Lebner: etnografia como um deslocamento de pressupostos que permite que a diferença deixe de ser explicada para mostrar, por analogia, como corre a criatividade de outros conjuntos relacionais. É preciso deslocar as metáforas de base com que continuamente a antropologia se pensa para abrir espaço para a criatividade alheia. Por isso, como alerta Lebner, deslocamento é uma prática, uma técnica de escrita que quer se precaver de conceitos insistentes que incapacitam as analogias, tais como a oposição entre indivíduo e sociedade.

Os deslocamentos contínuos operados por Strathern a conduzem à noção de analogia como um contraste metodológico com a comparação. Se esta requer da “sociedade” como escala comparável – ou de outras unidades que ocupem um mesmo nível –, a analogia diz respeito à capacidade de compatibilização entre dois conjuntos de relações. A imagem da analogia é a própria pessoa melanésia, redescrita contra o fundo conceitual do indivíduo neoliberal da era Thatcher. Se tal indivíduo existe senão como si

mesmo e responsável apenas pelo seu núcleo familiar imediato – a sociedade tampouco existe, *stricto sensu*, em tal versão neoliberal –, na Melanésia, toda pessoa contém em si outras pessoas, constituída pelas sequências de trocas que tornam todas elas análogas entre si. Apesar disso, alerta Strathern, algumas relações devem ser cortadas – aí se opera e se aciona a diferença. Apesar de se constituírem de partes que não são isomórficas entre si – não são unidades de mesmo nível e, portanto, não são comparáveis –, pessoas são análogas entre si.

Neste contexto, a etnografia analógica de Strathern, tal como apresentada por Lebner, se torna uma série de relações de vizinhança entre analogias melanésias e euroamericanas, elucidando a umas através das outras. Mais do que escrever sobre a alteridade radical, tal projeto de antropologia se torna um empreendimento de convergência entre posições necessariamente divergentes. Por isso a recuperação da figura ciborgue de Haraway (2009) se mostra profícua. Através dela, Strathern passa a pensar o problema da descrição como compatibilização entre dois conjuntos distintos de diferenças, mas que se capacitam por suas conexões e circuitos. Neste sentido, antropologia como descrição analógica tem compromissos menores com a metafísica euroamericana da sociedade, conforme argumentado por Lebner.

Evidentemente, este projeto tem em seu horizonte o estudo das relações. Se relação não é um termo ou um preceito antropológico inédito, Strathern é certamente a responsável por reposicioná-lo como eixo da empreitada descritiva. Em sua compreensão do conceito, relação têm diferentes implicações: é aquilo que sustenta a vida social e interpessoal, e é um conceito antropológico que operacionaliza as descrições e, portanto, o fundamento da antropologia enquanto disciplina. Essa implicação dupla, por assim dizer, decorre do fato de que, como bem explica Lebner, “relações conceituais e interpessoais são parte da produção de conhecimento em si mesma. Só podemos conhecer algo através dessa visão relacional” (: 17, minha tradução). Corre aqui, então, uma pressuposição de fundo, que poderíamos considerar como universal: relações se encontram entre todos os lugares, entre todos os povos.

Ainda que esse pressuposto tenha sido alvo de críticas (Crook 2007) e de revisões (Corsín Jiménez, Willerslev 2007; González Gálvez, Di Giminiani, Bacchiddu 2019; de la Cadena 2015; Vanzolini 2019), tanto Lebner quanto Strathern insistem na proeminência das relações. Para Lebner, o uso da relação é o que permite às antropólogas alterar perspectivas e, como consequência, nos ajuda a redescrever continuamente aquilo que achamos que sabemos. Para Strathern (2018), relação é um conceito vazio. Ela deve ser angariada etnograficamente, de modo que, se ela é universal, também é particular

na medida em que obedece aos regimes de conhecimento específicos com os quais os contrastes e as analogias são operados. Relações entre os Hageners, entre os camponeses britânicos, entre os ameríndios e entre a classe média paulistana dizem respeito a coisas distintas e que, não por isso, invalidam suas potenciais conexões analógicas. Por isso, a compreensão de Lebner de que a relação stratherniana seja um artefato epistemológico parece acertada.

Segundo Lebner, encontros entre diferenças requerem relações e, neste sentido, epistemologia. Por isso, afirma a autora, “mesmo quando encontramos mundos exteriores à ‘órbita daqueles desenvolvidos pelo Iluminismo’, no fim eles são sempre vistos em relação a outro mundo” (: 18). Tendo isso em vista, a leitura de Lebner é a de que a obra de Strathern se distancia da chamada “virada ontológica” (Holbraad, Pedersen 2017), uma vez que atribui a esta última uma “crítica da epistemologia como uma teoria euroamericana do conhecimento, que nos diz que existe ‘um mundo’ e várias culturas (ou interpretações) do mundo” (: 18). O entendimento oferecido pela autora é de que os trabalhos associados à virada ontológica apregoariam a necessidade de deslocar a epistemologia para, então, encontrar “‘muitos mundos’ ou ontologias”, argumento que ela atribui a Viveiros de Castro (1996).

Como Lebner, acredito que a proposta stratherniana para a antropologia difere – ainda que se compatibilize – com a virada ontológica. Não obstante, discordo de que o deslocamento da epistemologia seja um imperativo por trás de propostas tais como o perspectivismo ameríndio associado aos pronomes cosmológicos. Guerra para os porcos/caçada para os Yudjá, como descreve Lima (1996). “Muitos mundos, uma cultura”, síntese correntemente traduzida como a detecção de um pluralismo ontológico associado a um monismo epistemológico é o fundamento da noção de multinaturalismo que decorre de certas descrições americanistas (Viveiros de Castro 2002). Não obstante, essa síntese diz respeito à aproximação a uma teoria ameríndia da relação entre diferenças e, neste sentido, é o avizinhamo a um conjunto de analogias no contraste com o qual tal americanismo se constitui como antropologia.

Assim, ainda que a noção de multinaturalismo seja um recurso fundamental da reflexão perspectivista, parece-me desproporcional dizer que a proposta por trás da virada ontológica associada a Viveiros de Castro se reduza a um “deslocamento da epistemologia” para encontrar muitos mundos. Como toda suma, esta também é redutora. No entanto, ela termina ocultando o esforço das propostas ontologistas em deslocar o primado exclusivo, e tido como suficiente, da epistemologia como o campo das disputas entre diferenças. Em outros termos, Lebner parece sugerir, ainda que nas entrelinhas, que

o ontologismo quisera dispensar e eliminar a epistemologia, quando se trata, me parece, de abri-la para variações que a excedem e que, neste sentido, requerem a passagem do nível dos referenciais para o dos referentes.

O campo de disputa frente ao qual se posiciona o multinaturalismo não é a noção de relação enquanto artefato epistemológico, tal como proposta pela antropologia stratherniana – com a qual os americanistas se aliam e se alinham, aliás. Mas ao uso da epistemologia como recurso intelectual que pretende antecipar o nível autorizado de partilha com a diferença, como se a variação fosse somente permitida no campo do conhecimento e da interpretação. É contra certa política colonial, de primeiro decidir o que é para depois buscar suas diferentes interpretações, que se direciona a crítica à epistemologia como teoria euroamericana do conhecimento. E insisto na necessidade política de fazê-lo tendo em vista a persistência colonial do recurso cognitivista, que equaliza ontologia a delírio e diferença a um caso de distinção mental. Vejam o caso recente e escandaloso de Déléage (2020), por exemplo.

Dito isso, dificilmente poderíamos sustentar que a virada ontológica quer deslocar a epistemologia tal como implicada pelo uso que Strathern dá ao termo. Uma e outra epistemologia – aquela com os contornos dados pela antropóloga britânica e aquela contra a qual se posiciona o ontologismo – não dizem respeito ao mesmo problema e achatá-las pode, de fato, gerar desencontros improdutivos. Mantidas suas diferenças e especificidades, entendo o diálogo entre as relações strathernianas e o ontologismo como um dos lugares mais interessantes e provocativos do pensamento antropológico contemporâneo. Ainda assim, é preciso reconhecer um ponto importante de divergências, tornado explícito por Lebner: à pressuposição da diferença como alteridade radical, núcleo duro da virada ontológica, Strathern parece preferir a ideia de diferenças que emergem conectadas, sem ser as mesmas nem completamente outras; diferenças que são produtos da própria descrição antropológica que se dá pelas compatibilizações das experiências compartilhadas. Tal argumento relembra, de certo modo, e em outro nicho de problema, as considerações de Mol (1999, 2002) em torno da enação da multiplicidade ontológica.

No entanto, ainda que pressuponha diferenças como alteridades radicais, é uma má compreensão do que faz o ontologismo imaginar que as etnógrafas pressuponham estar descrevendo “mundos reais”, como outrora se pensava que os etnógrafos representavam outros povos tais quais eles eram. Ainda que esse impulso possa capturar alguns, é inexato assumir que essa seja a tarefa que as ontologistas se imaginam executando. Afinal, como nos lembra a própria Strathern,

As etnografias são construções analíticas de acadêmicos; os povos que eles estudam não o são. É parte do exercício antropológico reconhecer quanto a criatividade desses povos é maior do que aquilo que pode ser compreendido por qualquer análise singular (Strathern 2009b, p. 23).

## Referências

CROOK, Tony. 2007. *Anthropological Knowledge, Secrecy and Boliviap, Papua New Guinea: Exchanging Skin*. Oxford University Press.

DE LA CADENA, Marisol. 2015. *Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds*. Durham & London: Duke University Press.

Déléage, Pierre. 2020. *L'autre-Mental. Figures de l'anthropologue En Écrivain de Science-Fiction*. Paris: La Découverte.

GELL, Alfred. 2001. "A Rede de Vogel, Armadilhas Como Obras de Arte e Obras de Arte Como Armadilhas." *Arte e Ensaios* 8(8): 174–91.

GÁLVEZ, Marcelo G.; GIMINIANI, Piergiorgio Di; BACCHIDDU, Giovanna. 2019. "Theorizing Relations in Indigenous South America: An Introduction". *Social Analysis* 63(2): 1–23.

HARAWAY, Donna. 2009. "Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista No Final Do Século XX." In *Antropologia Do Ciborgue: As Vertigens Do Pós-Humano*, ed. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 33–118.

HOLBRAAD, Martin, and Morten Axel Pedersen. 2017. *The Ontological Turn: An Anthropological Exposition*. Cambridgeç: Cambridge University Press.

JIMÉNEZ, Alberto C.; RANE, Willerslev. 2007. "An Anthropological Concept of Concept': Reversibility among the Siberian Yukaghirs". *Journal of the Royal Anthropological Institute* 13(3): 527–44.

LIMA, Tânia Stolze. 1996. "O Dois e Seu Múltiplo: Reflexões Sobre o Perspectivismo Em Uma Cosmologia Tupi." *Mana* 2(2): 21–47.

MOL, Annemarie. 1999. "Ontological Politics: A Word and Some Questions." In *Actor-Network-Theory and After*, eds. John Law and John Hassard. Oxford: Blackwell, 74–89.

\_\_\_\_\_. 2002. *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice*. Durham: Duke University Press.

STRATHERN, Marilyn. 1995. "Necessidade de Pais, Necessidade de Mães." *Estudos Feministas* 3(2): 303–29.

\_\_\_\_\_. 2009a. *Land: Intagible or Tangible Property?* ed. Timothy Chesters. New York & Oxford: Oxford University Press.

\_\_\_\_\_. 2009b. *O Gênero Da Dádiva: Problemas Com as Mulheres e Problemas Com a Sociedade Na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_. 2015. *Parentesco, Direito e o Inesperado: Parentes São Sempre Uma Surpresa*. São Paulo: Editora Unesp.

\_\_\_\_\_. 2018. "Opening up Relations." In *A World of Many Worlds*, eds. Marisol de la Cadena and Mario Blaser. Durham: Duke University Press, 23–52.

Vanzolini, Marina. 2019. "The Name of the Relation. Making a Difference in Aweti Onomastics." *Social Analysis* 63(2): 102–21.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1996. "Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio." *Mana* 2(2): 115–44.

\_\_\_\_\_. 2002. *A Inconstância Da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

Recebido em 23 de novembro de 2020.  
Aceito em 12 de abril de 2021.